



# RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

## Factores Perniciosos Responsáveis por Conflitos Étnico-Religiosos na Nigéria

POR CHRIS KWAJA

- ◆ O ordenamento jurídico da Nigéria concede aos dirigentes locais autoridade para ampliar ou negar direitos fundamentais aos cidadãos nas suas jurisdições, o que incentiva a politização das etnias e a escalada da violência intercomunitária.
- ◆ As respostas ineficazes do Estado aos conflitos étnicos recorrentes têm sublinhado a falta de vontade política de conter a violência.
- ◆ Apesar de actualmente se situarem no centro da Nigéria, os factores sistémicos que desencadeiam conflitos de identidade têm condições de propagar-se a outras áreas do país e para os resolver serão necessárias reformas institucionais profundas.

### DESTAQUES

*Em casos extremos, as comunidades rivais poderão considerar que a sua segurança, e mesmo a sua sobrevivência, só pode ser garantida através do controlo do poder estatal. O conflito, nesses casos, torna-se praticamente inevitável.*

—“As causas de conflito e a promoção da paz duradoura e do desenvolvimento sustentável em África”,  
Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, 1998.

Os conflitos comunitários registados ao longo de linhas de fractura étnicas e religiosas na cidade de Jos, no centro da Nigéria, e seus arredores, já ceifaram milhares de vidas, deslocaram centenas de milhares de pessoas e provocaram um clima de instabilidade em toda a região circundante.

Ao longo da última década foram-se registando episódios de grande violência, mas nos últimos anos os ataques tornaram-se mais frequentes, generalizados e mortíferos. Mais de 200 pessoas morreram e quase

100 desapareceram em ataques quase diários no mês de Janeiro de 2011. Muitas das vítimas foram mortas ou capturadas por bandos armados de jovens muçulmanos ou cristãos, a partir de postos de controlo improvisados à beira das estradas e em paragens de táxis e autocarros, sendo os seus corpos depois descobertos em valas comuns nessas áreas.<sup>1</sup>

Diversos ataques de grande escala verificados em 2010 empregaram tácticas novas e cada vez mais letais. Nos quatro dias de combates ocorridos em Janeiro,

foram mortas cerca de 500 pessoas e deslocadas cerca de 18 mil, muitas delas para estados vizinhos. As organizações locais recolheram mais de 150 mensagens de texto divulgadas antes dos surtos de violência, revelando um esforço concertado para alimentar tensões. Em Março, um ataque isolado vitimou 300 a 500 pessoas. Em Agosto, cinco homens foram detidos quando tentavam fazer entrar ilegalmente no estado de Plateau, do qual Jos é a capital, lança-foguetes, granadas, AK-47 e grandes quantidades de dinheiro. No dia de Natal, em Jos, dois carros armadilhados fizeram cerca de 80 mortos e mais de 100 feridos. Assinalando uma perigosa escalada deste conflito, o violento grupo islâmico Boko Haram reivindicou a autoria das explosões. Anteriormente, este grupo tinha agido apenas no Norte da Nigéria.

O conflito em Jos é frequentemente caracterizado como inter-religioso ou interétnico, opondo designadamente os grupos dominados por cristãos de Anaguta, Afizere e Berom, aos predominantemente islâmicos Hausa e Fulani. No entanto, como geralmente acontece nos conflitos identitários em África, têm origem em estereótipos socialmente construídos que são manipulados para provocar e dirigir a violência em Jos.<sup>2</sup> Encobrem factores institucionais mais profundos, inerentes à legislação nigeriana, que são abusivamente utilizados e explorados para negar aos cidadãos o acesso aos recursos, aos direitos fundamentais e à participação no processo político. Tais factores, se não forem eliminados, poderão desencadear episódios de violência em todo o país.

As respostas do governo ao conflito são amplamente consideradas como ineficazes. Foram criadas pelo menos 16 comissões públicas para examinar o conflito e identificar soluções, e muitos outros estudos foram realizados por grupos independentes, mas existe pouca vontade política de agir com base nos elementos recolhidos. Nem as recomendações têm sido cumpridas, nem os organizadores e autores dos ataques condenados. As autoridades federais e estatais têm reagido de forma descoordenada e apesar do empenhamento cada vez maior de grupos da sociedade

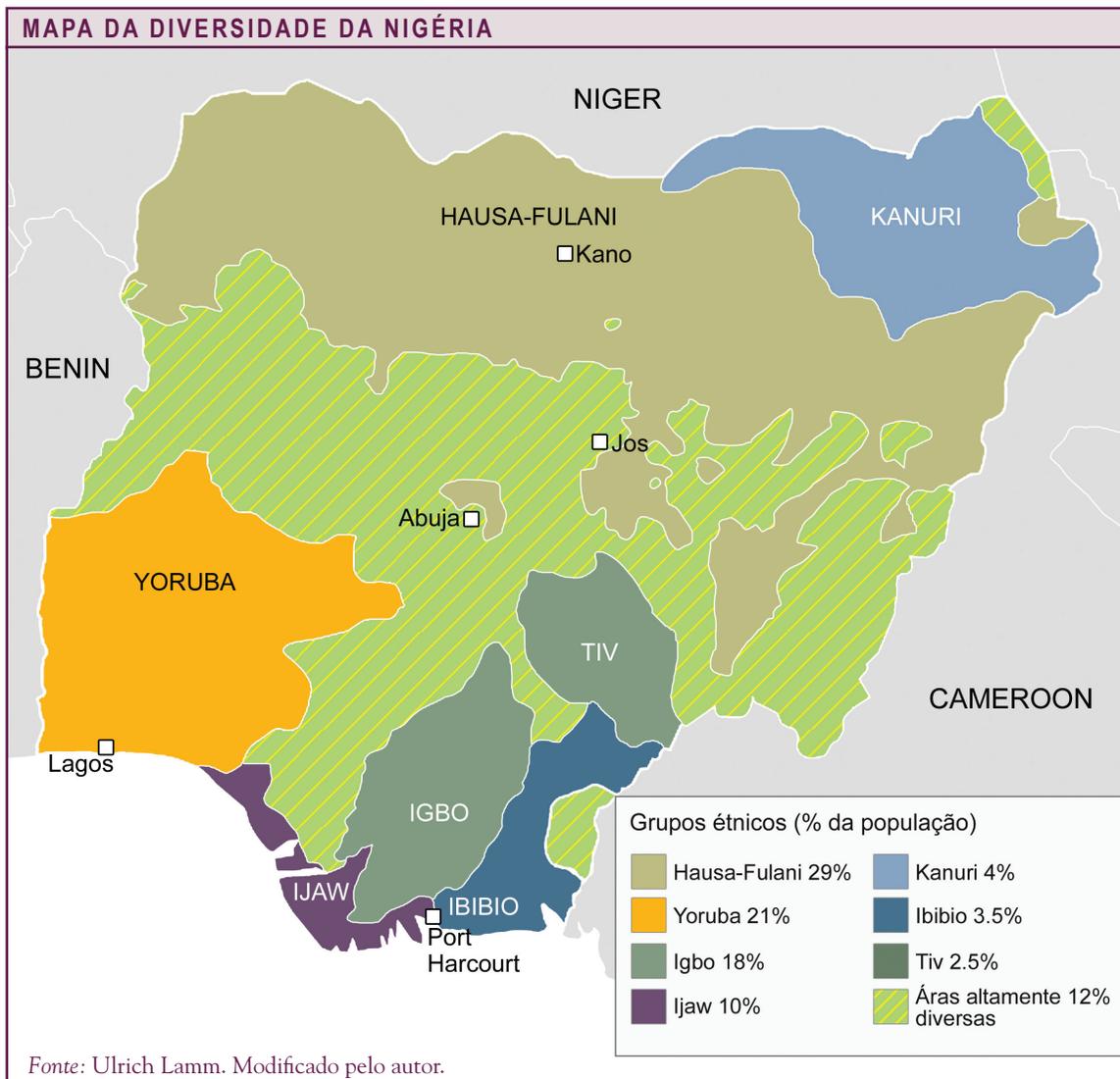
civil, nalguns casos tal envolvimento tem produzido um efeito polarizador.

## CAUSAS SUBJACENTES

Situada no extremo norte do chamado “middle belt”, no centro da Nigéria, onde o norte do país, predominantemente muçulmano, se mistura com o sul predominantemente cristão (consultar fig. 1), Jos é uma cidade relativamente recente. Foi fundada em 1915 como centro de transporte destinado à indústria mineira, dada a sua proximidade dos depósitos de estanho e columbita. Dotada de um clima temperado, de um solo muito fértil e de abundantes recursos hídricos, extensas pastagens e oportunidades económicas, atraiu migrantes de todo o país e conta presentemente quase um milhão de habitantes. A cidade continua a ser um dos principais centros abastecedores e de comércio nacional de gado, e alberga o Instituto Nacional de Investigação Veterinária. Antes de ser destruído durante os conflitos comunitários de 2002, o mercado central de Jos era um dos maiores da África Ocidental, em virtude da sua proximidade de um entroncamento ferroviário de intenso movimento entre o Norte e o Sul da Nigéria. A diversidade populacional da cidade correspondia ao lema do estado de Plateau: “Local de paz e turismo”. As suas escolas eram na maioria mistas e a sua actividade comercial decorria à margem de convicções religiosas ou considerações étnicas.<sup>3</sup>

A situação começou a mudar no início da década de 90, na sequência de um ajustamento na distribuição de certificados de cidadania indígena. Na Nigéria, *indígenas* são os habitantes “originais” de uma área do governo local ou membros dos grupos étnicos cujos antepassados eram oriundos dessa área. Todos os outros são considerados “colonos,” ou migrantes. Inicialmente, a distinção tinha por objectivo aliviar os receios de grupos minoritários, que temiam que os seus costumes tradicionais e estruturas de autoridade fossem prejudicados e destruídos pela expansão de grupos étnicos e religiosos de maior dimensão. No entanto, a classificação foi na prática muitas vezes usada para identificar quem “pertence” a uma determinada localidade, o que por sua vez determina quais os cidadãos que podem participar na vida política, ser proprietários de terrenos, obter um emprego ou

Chris Kwaja é professor e investigador no Centro de Gestão de Conflitos da Universidade de Jos, na Nigéria.



frequentar a escola.<sup>4</sup> Desta forma, o certificado de cidadania indígena é hoje um documento fundamental no dia-a-dia de muitos nigerianos.

Tais distinções estão consagradas na legislação nacional. A Constituição da Nigéria, adoptada em 1999, e a Comissão do Carácter Nacional, um organismo oficial estabelecido para assegurar a justiça na distribuição de recursos e do poder político no país, reconhece a validade dos certificados de cidadania indígena. Estes organismos também reconhecem a autoridade dos funcionários locais para emitir certificados aos constituintes que os dirigentes consideram qualificados, uma prática iniciada na década de 60. Tal autoridade confere muito maior importância e competitividade às eleições distritais e locais. Os governantes eleitos, por seu lado, retiram desta prática um forte incentivo para usar os certificados como fer-

ramenta de consolidação das maiorias étnicas locais. Com efeito, muitos destes governantes são acusados de alimentar as tensões, ao apoiar activistas violentos e perpetuar a distribuição selectiva de certificados indígenas, incluindo o Governador do estado de Plateau, Jonah Jang, cujas campanhas políticas terão difamado os muçulmanos e alguns grupos étnicos cristãos.<sup>5</sup> Isto agravou as grandes desigualdades existentes entre os diversos grupos, a animosidade intercomunitária e a fragmentação social.

A definição de cidadania indígena é extremamente arbitrária. Um membro da etnia Hausa, Igbo, ou Yoruba, por exemplo, grupos que tendem a não ser originários de Jos, pode ser legalmente considerado um colono e pode ser-lhe negado o certificado mesmo que a sua família viva em Jos há várias gerações. Caso estas pessoas regressassem a áreas dominadas pelos

seus grupos étnicos, as autoridades locais poderiam, da mesma forma, negar-lhes o certificado devido ao facto de terem nascido em Jos e aí terem ligações. Os filhos de famílias inter-raciais e inter-religiosas confrontam-se com semelhante duplicidade de critérios.

Durante muitos anos esta situação não deu lugar a problemas. De um modo geral, os residentes do estado de Plateau não tinham qualquer dificuldade em obter certificados nem enfrentavam grandes obstáculos. No entanto, nos finais da década de 80, a quebra das receitas governamentais, o aumento das pressões económicas e o aumento constante da migração para uma das regiões de mais rápido crescimento

**“as dimensões étnicas ou religiosas do conflito foram posteriormente interpretadas como o principal factor desencadeador da violência, quando, de facto, o ostracismo, a desigualdade e outros receios são as suas principais causas”**

da Nigéria, levou algumas autoridades locais a rever os regulamentos dos certificados indígenas. Em 1990, várias jurisdições locais em Plateau, incluindo Jos, começaram a restringir a distribuição de certificados indígenas.<sup>6</sup> De acordo com a lei nigeriana, tais alterações eram perfeitamente legais, mas na prática negavam, de forma desproporcionada, a elegibilidade para a classificação de indígena a muitos muçulmanos e grupos étnicos do norte da Nigéria. Por sua vez, estes grupos fizeram pressão para receberem assistência das autoridades nacionais. Em 1991, o General Ibrahim Babangida, o dirigente militar da Nigéria (nascido no Norte), anunciou que Jos seria dividida em três Áreas Governamentais Locais (AGL), o que muitos entenderam como um esforço mal disfarçado de manipular a região a favor dos seus aliados locais, que passariam depois a controlar a distribuição de certificados. Alguns grupos, especialmente de cristãos, recearam que a decisão fosse destinada a excluí-los dos cargos políticos.

À medida que se avolumavam as incertezas sobre o acesso aos certificados indígenas, deteri-

oravam-se as relações comunitárias. Ainda assim, a violência não irrompeu de imediato. O dirigente militar que sucedeu a Babangida, o General Sani Abacha, dissolveu todas as estruturas democráticas e, em 1994, nomeou governadores militares que, por sua vez, nomearam autoridades governamentais locais. As nomeações de Abacha provocaram protestos locais e manifestações em Jos. Os receios e as tensões atingiram um ponto de ruptura, levando ao primeiro conflito comunitário violento que provocou várias mortes. Desde então, as eleições locais e as nomeações políticas têm sido encaradas como concursos do tipo “o vencedor leva tudo”.

As dimensões étnicas ou religiosas do conflito foram posteriormente interpretadas como o principal factor desencadeador de violência quando, na realidade, o ostracismo, a desigualdade e outros medos são as suas principais causas. Tirando proveito dessas condições, muitos rivais políticos instrumentalizaram a diversidade étnica e religiosa de Jos, para manipular e mobilizar apoios. Cada surto de violência agrava as suspeitas e dificulta a reconciliação comunitária, aprofundando o ciclo e agravando ainda mais as divisões. Os chefes da Associação Cristã da Nigéria e do Conselho Nacional Supremo da Nigéria para os Assuntos Islâmicos emitiram uma declaração conjunta em 2010 acusando os políticos nacionais em Jos de explorarem as tensões comunitárias a seu favor.<sup>7</sup> Um estudo encomendado pelo Gabinete do Presidente em 2003 também concluiu que, embora a diversidade étnica desempenhe um papel no conflito, “as origens e os motivos do antagonismo residem em problemas sistémicos mais profundos, no âmago dos quais está a relação entre o poder político e o acesso aos recursos e oportunidades económicas.”<sup>8</sup>

Os receios provocados pela questão da cidadania indígena surgiram noutras locais da Nigéria. Reflectindo a preocupação generalizada perante o potencial alastramento destas disputas, vinte cidadãos nigerianos apresentaram em Março de 2011 uma demanda judicial conjunta contra o governo federal e 16 governos locais e estatais, contra a discriminação com base na cidadania indígena.<sup>9</sup> Os queixosos argumentaram que lhes estavam a ser negados direitos fundamentais protegidos pela Constituição Nigeriana e pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos

<b>CONFLITOS COMUNITÁRIOS DE GRANDE ESCALA EM JOS E SEUS ARREDORES</b>		
<b>Ano</b>	<b>Causa próxima</b>	<b>Extensão da violência</b>
1994	Nomeações de autoridades locais provocam protestos e manifestações.	Quatro mortos. São destruídos vários mercados municipais, uma escola muçulmana e locais de culto.
2001	A nomeação de um administrador local da assistência social provoca manifestações que duram semanas. As tensões aumentam e resultam em violência.	Morrem 1.000 a 3.000 pessoas. A violência propaga-se pelo estado de Plateau. Registam-se ataques de grupos de jovens em bairros muçulmanos e cristãos, em mesquitas e igrejas e na Universidade de Jos. Repetem-se ataques esporádicos até 2002-2003, causando a morte de centenas de pessoas e a destruição de 72 aldeias.
2004	Realizam-se eleições nacionais mas são adiadas no estado de Plateau. São nomeadas autoridades locais, o que provoca disputas.	Entre Fevereiro e Maio morrem mais de 1.000 pessoas em ataques contra aldeias muçulmanas e cristãs. São deslocadas 250.000 pessoas. O governo federal demite o governador do estado e nomeia um substituto temporário.
2008	As eleições para o governo local – as primeiras em Jos desde 2002 – são marcadas e adiadas três vezes. Surgem conflitos relacionados com as pessoas nomeadas pelos partidos e os resultados eleitorais.	Entre Novembro e Dezembro morrem cerca de 800 pessoas em ataques de bandos armados e motins.
2010	Uma disputa em torno da reconstrução de uma casa destruída nos conflitos ocorridos em 2008 provoca incidentes violentos em Janeiro, e conduz a represálias em Março que se prolongam durante todo o ano.	Janeiro: Cerca de 500 pessoas são mortas no espaço de quatro dias. São destruídas várias aldeias e casas. Março: Morrem 500 pessoas num ataque durante a noite. Dezembro: Morrem quase 80 pessoas em consequência da explosão de dois carros armadilhados. Morrem várias centenas de pessoas numa sequência de ataques.

Povos, pela Aliança Internacional sobre os Direitos Sociais e Culturais e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Todos residem há muito tempo nas jurisdições contra as quais apresentaram as demandas, alguns há várias gerações.

A cidadania indígena também despoletou conflitos comunitários mortíferos no estado de Kaduna, no norte da Nigéria, e no estado do Delta do Sul, rico em petróleo. Tal como em Plateau, estes conflitos foram descritos como inter-religiosos ou interétnicos, apesar de as consequências materiais da perda da cidadania indígena serem a verdadeira causa da violência. No entanto, o conflito em Jos é mais violento, sendo provavelmente resultado da importância que os rivais políticos deram à questão da cidadania indígena, com o objectivo de mobilizar apoio nestas

jurisdições divididas ao meio. De acordo com os cadernos eleitorais em 2011, os grupos étnicos dominados por cristãos contavam 200 mil pessoas, enquanto os grupos muçulmanos atingiam quase 150 mil dos 429.179 eleitores registados no LGA Norte de Jos, o distrito central da área metropolitana de Jos.

### **AS LACUNAS DA GOVERNAÇÃO EXACERBAM AS TENSÕES**

Para travar os ataques e a proteger a população de Jos, a já extensa guarda nacional tem vindo a ser regularmente reforçada por destacamentos militares. Mesmo assim, em diversas ocasiões, as agências de segurança não conseguiram travar as ameaças conhecidas nem reagir aos primeiros sinais de conflito eminente. Os piores surtos de violência comunitária

ocorridos em 1994, 2001, 2004, 2008 e 2010 (consultar tabela) foram geralmente precedidos de vários dias de tensão latente e mobilização evidente. Antes dos combates que provocaram milhares de mortes em 2001, “toda a gente sentia a tensão nas ruas da cidade e o perigo latente muito antes da eclosão dos distúrbios ... algo terrível estava para acontecer.”<sup>10</sup> Durante os incidentes de 2010, vários ataques foram iniciados e concluídos mais ou menos ao mesmo tempo e no mesmo dia, indiciando que haviam sido antecipadamente planejados.<sup>11</sup>

### **“desde que a violência comunitária irrompeu em 1994, raros foram os agressores acusados e nenhum julgamento credível foi prosseguido”**

A prevenção e a resposta à violência são igualmente prejudicadas pela deficiente coordenação intergovernamental e a insuficiência de meios de partilha de informações. Em Março de 2010, por exemplo, o Governador do estado de Plateau, Jonah Jang, informou o comandante duma divisão blindada do exército destacado para Jos sobre um ataque eminente na aldeia Dogo Na Hawa, através de uma mensagem de texto. O governador explicou mais tarde que tivera de enviar uma mensagem de texto porque o oficial do exército não atendera as suas chamadas telefónicas. Num ataque subsequente foram mortas mais de 300 pessoas.

As falhas existentes nas cadeias de comando são parte do problema. A polícia e as forças armadas encontram-se centralizadas ao nível federal e todos os pedidos de segurança relacionados têm de ser encaminhados para a capital do país para ali serem tratados, o que levanta graves obstáculos a uma resposta atempada e à gestão da segurança interna a nível estatal e local. Na sequência dos incidentes são comuns as críticas e a troca de acusações no seio das forças de segurança e do governo, algumas delas justificadas por relatos de que certos responsáveis pela violência étnica foram vistos envergando fardas militares ou da polícia.

A ausência de sanções e da designação de culpados é outro factor saliente. Desde que a violên-

cia comunitária irrompeu em 1994, raros foram os agressores acusados e nenhum julgamento credível foi levado a cabo. Alguns indivíduos com ligações a alto nível e políticos envolvidos no fomento das tensões também se têm mostrado eficazes no aproveitamento da influência que detêm para proteger os agressores. Sempre que ocorrem novos incidentes de violência sem que haja detenções e condenações, diminui a confiança dos cidadãos nas autoridades de manutenção da ordem pública, nas instituições judiciais e no governo.

Ao mesmo tempo que no terreno a resposta tem sido insuficiente, os organismos governamentais a nível estatal e nacional realizaram vários estudos sobre a violência em Jos, mas sem resultados tangíveis. Na sequência de um afrontamento ocorrido em 2008, foi anunciada a criação de cinco comissões de inquérito distintas sem, no entanto, que praticamente nenhuma das recomendações formuladas tivesse sido aplicada. Os relatórios dalgumas destas comissões não chegaram sequer a ser publicados. Reflectindo a crescente indignação e desencanto de muitos nigerianos, o editorial de um jornal descreveu estas comissões como um mero “ritual de abertura de inquéritos e recepção de relatórios que acabam sistematicamente por ser arquivados.”<sup>12</sup> Devido à sua proliferação, tais comissões perderam a credibilidade e foram politicamente instrumentalizadas. As mais recentes não conseguiram obter testemunhos das principais fontes nem contar com membros de grande visibilidade. A parcialidade dalgumas destas comissões tem vindo a tornar-se por demais evidente.

Perante esta situação, agrava-se o vazio na governação de Jos. As comunidades locais, crescentemente atemorizadas e desconfiadas, recorrem cada vez mais a agentes não oficiais. Os cidadãos dependem quase inteiramente deste tipo de agentes no que respeita à sua defesa pessoal, assistência humanitária e reintegração de pessoas deslocadas no rescaldo de conflitos, o que agrava ainda mais as divisões resultantes dos conflitos indígenas.

Certas organizações comunitárias parecem interessadas em reforçar esta polarização. Algumas organizações religiosas – tanto cristãs como muçulmanas – e muitos grupos de jovens como o Movimento Juvenil Berom, o Movimento Juvenil Anaguta, o Movimento

Juvenil Afizere e a Associação para o Desenvolvimento Jasawa têm desempenhado um papel fundamental na propagação das ideologias de exclusão e da violência. Na ausência de autoridades estatais credíveis e responsáveis, tornar-se-á inevitável a influência cada vez maior desses grupos e da atracção que os mesmos exercem sobre os cidadãos de Jos.

## **MITIGAR A CONFLITUALIDADE FUTURA NO ESTADO DE PLATEAU**

No cerne da crescente desconfiança e violência no estado de Plateau encontram-se factores institucionais enraizados. A ser negligenciada, esta situação contaminará com toda a probabilidade um número crescente dos 36 estados da Nigéria. Serão necessárias mudanças de fundo para contrariar os factores que alimentam a violência.

**Eliminar as classificações indígena/colono na tomada de decisões do governo.** A base jurídica na qual assenta a cidadania indígena, tanto na Constituição nigeriana como na Comissão de Carácter Nacional, deveria ser eliminada. Originalmente concebida enquanto meio de proteger os costumes, culturas e estruturas governamentais tradicionais, a noção de cidadania indígena tem sido deturpada e politizada. Com efeito, este conceito representa hoje um incentivo institucional para os oportunistas políticos reforçarem o seu poder com base na exclusão. Em Jos tem provocado milhares de mortos e uma grave hostilidade intercomunitária. O conceito de cidadania indígena divide na realidade os nigerianos e prejudica o modelo democrático de governo a que a Nigéria aspira. De facto, corrompe a própria noção daquilo que ser nigeriano significa.

Retirar da legislação nigeriana o conceito de cidadania indígena vai ser difícil e implicará provavelmente a introdução de emendas na Constituição do país e noutros códigos legais. Mesmo reconhecendo que tais classificações possam ter tido razão de ser no passado, a verdade é que estão hoje desactualizadas numa sociedade cada vez mais móvel, moderna e urbana. De igual modo, devem ser descartadas as cada vez mais comuns soluções de compromisso. Definir mais claramente o estatuto de “indígena” ou criar “certificados de residência” suplementares para os chamados “colonos” não

eliminará o conceito de cidadania dupla que perpetua a dicotomia indígena/colono. É previsível que os conflitos em Jos se agravem, ou venham a eclodir noutras cidades e estados nigerianos, se não for posto termo à cidadania indígena.

**Reforçar, coordenar e pacificar as instituições de segurança.** O reforço da capacidade das forças de segurança para identificar atempadamente os sinais de conflito e apaziguar tensões intercomunitárias contribuirá para travar mais eficazmente os surtos de violência. Isto pressupõe capacidades de recolher informações de forma coerente e susceptível de facultar às forças de manutenção da ordem pública locais e estatais informações em tempo real. Ao mesmo tempo,

**“... agrava-se o vazio na governação de Jos. As comunidades locais, crescentemente atemorizadas e desconfiadas, recorrem cada vez mais a agentes não oficiais”**

as forças federais devem manter-se presentes no terreno para proteger as minorias. Ao mesmo tempo, a cadeia de comando e os meios de coordenação entre os níveis local, estatal e federal devem ser enquadrados numa estrutura claramente definida. Da mesma forma, para garantir a responsabilização das forças, é indispensável que existam meios de investigar alegações de envolvimento do sector da segurança em actos de violência étnica.

Os progressos alcançados no Estado de Lagos devem inspirar a introdução de reformas inovadoras em Plateau. Lagos estabeleceu um fundo fiduciário estatal que funciona como elo de coordenação entre as autoridades comerciais e estatais para identificar ameaças à segurança e coordenar respostas com as autoridades policiais. O fundo também mobiliza meios e recursos destinados ao policiamento local. Foram adquiridos helicópteros, veículos e outros equipamentos sofisticados destinados a reforçar as capacidades da polícia em termos de celeridade de resposta e partilha de informações. Outras iniciativas de policiamento em Lagos integraram com sucesso alguns grupos de jovens em acções de policiamento e monitorização comunitária.

*Fazer da Protecção dos Direitos das Minorias uma Prioridade.* Para por termo às divisões de natureza étnico-religiosa de Plateau e reforçar o apoio às iniciativas de consolidação da paz, todas as partes envolvidas devem poder confiar na defesa dos seus direitos fundamentais e saber que existem meios institucionais destinados à investigação de alegadas violações. Para tal, é necessária a presença de um agente externo, fiável e independente.

### **“o conceito de cidadania indígena divide na realidade os nigerianos e prejudica o modelo democrático de governo a que a Nigéria aspira”**

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos reúne as condições para desempenhar esse papel. Em Março de 2011, o Presidente Goodluck Jonathan aprovou as emendas legislativas necessárias ao reforço da comissão anterior. Os poderes, orçamento e autoridade da nova comissão devem ser agora alargadas em prol do cumprimento de um mandato mais ambicioso. Seria desejável reproduzir os sucessos obtidos pela Comissão dos Direitos Humanos e Justiça Administrativa do Gana (CHRAJ), que contribuiu significativamente para a reconciliação social. A CHRAJ é totalmente independente dos serviços de segurança, embora colabore com estes. O acordo estabelecido permite uma maior cooperação por parte dos cidadãos, agora mais dispostos a denunciar violações e abusos à Comissão dos Direitos Humanos, na qual confiam. A Comissão dos Direitos Humanos deve, além disso, ter autoridade para abrir e conduzir inquéritos, emitir intimações, convocar líderes estatais e nacionais, formular acusações e dispor de outras prerrogativas, de forma a ultrapassar obstáculos de carácter político.

O cumprimento de um mandato tão abrangente exigirá a nomeação de personalidades com um perfil de integridade e independência inquestionáveis, capazes de resistir a quaisquer pressões de carácter político. Para tal, as nomeações deveriam ser sujeitas à fiscalização de entidades respeitadas da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados Nigeriana. Com efeito, dada a probabilidade de políticos e indivíduos

com ligações políticas virem a ser alvo de investigação, a comissão deverá manter-se deliberadamente distanciada de considerações partidárias.

*Comités de consolidação da paz baseados na comunidade e apoiados pelo estado.* O governo do Estado de Plateau, em colaboração com os seus homólogos federais, deveria estabelecer comités de consolidação da paz interétnicos e inter-religiosos, baseados na comunidade, para facilitação do diálogo e implementação de estratégias de pacificação.

O governo do Estado de Plateau deveria seguir o modelo do estado de Kaduna, em que o governo envolve proactivamente a população em assembleias de diálogo, tais como o Comité de Harmonia Inter-Religiosa, a que o governador preside. O comité foi concebido para identificar potenciais focos de conflito, assim como para recomendar medidas para os prevenir ou resolver. Também se dedica a assegurar o rápido repatriamento, reabilitação e compensação paliativa das pessoas deslocadas e monitoriza o fluxo de armas ligeiras.

Um comité deste tipo em Plateau poderia criar alicerces para uma estabilidade sustentada, enfatizando a reconciliação e promovendo um clima de inclusão política. Também poderia obter resultados imediatos disponibilizando um meio para o envolvimento entre o governo e as comunidades e facilitando intervenções mais atempadas, destinadas a evitar que incidentes localizados se transformem em conflitos comunitários de grandes dimensões. A longo prazo, este tipo de iniciativa pode ajudar a inculcar um sentimento partilhado de identidade nigeriana.

## **CONCLUSÃO**

Em muitos aspectos, a espiral de insegurança em Jos não passa de um conflito comunitário local. As suas causas e impactos englobam muitos dos maiores desafios políticos da Nigéria. Os códigos legais obscuros e discriminatórios alimentam conflitos, distorcem as dinâmicas políticas e prejudicam o progresso democrático. As lacunas governamentais criam vazios que levam os cidadãos a procurar soluções de auto-ajuda como as associações étnicas ou grupos de vigilância. Uma economia moderna promotora do empreendedorismo local e atraente para os investi-

dores estrangeiros continuará a ser impossível enquanto a livre circulação de pessoas, bens e ideias for restringido pela cidadania indígena e a instabilidade que a mesma acarreta. A resolução dos conflitos em Jos exige que se olhe para além dos sintomas das divisões étnicas e religiosas da Nigéria e que as atenções se concentrem nas injustiças institucionais que impedem não apenas a estabilidade do estado de Plateau, mas o progresso da Nigéria no seu todo.

## NOTAS

<sup>1</sup> Shuaibu Mohammed, “Buildings burn, death toll mounts in central Nigeria,” Reuters, 30 de Janeiro de 2011.

<sup>2</sup> Clement Mweyang Apengnuo, *Misinterpreting Ethnic Conflicts in Africa*, Sessão Informativa sobre a Segurança em África n. 4 do CEEA (Washington, DC: National Defense University Press, Abril de 2010).

<sup>3</sup> Abubakar Sokoto Mohammed, “The Impact of Conflict on the Economy: the Case of Plateau State of Nigeria,” Instituto de Desenvolvimento Ultramarino, 2004.

<sup>4</sup> “‘They Do Not Own This Place’: Discriminação Governamental contra ‘Não Indígenas’ na Nigéria”, Human Rights Watch, Abril de 2006.

<sup>5</sup> Philip Ostien, “Jonah Jang and the Jasawa: Ethno-Religious Conflict in Jos, Nigeria,” *Muslim Christian Relations in Africa*, Agosto de 2009, 19.

<sup>6</sup> Human Rights Watch. Consultar também: Jane Krause, “Explaining Nigeria’s Christmas Killings,” OpenDemocracy.net, 3 de Janeiro de 2011. “Plateau: Home of Pieces and Terrorism,” Sahara Reporters, 15 de Julho de 2010.

<sup>7</sup> “Jos Bombing: Politicians ‘Fuel Nigeria Unrest,’” BBC, 28 de Dezembro de 2010.

<sup>8</sup> *Strategic Conflict Assessment: Consolidated and Zonal Reports*, (Abuja, Nigeria: Institute for Peace and Conflict Resolution, Março de 2003), 160.

<sup>9</sup> “Nigeria: Constitutional challenge to indigene-settler divide heard March 14, 2011,” Instituto para os Direitos Humanos e Desenvolvimento em África, 14 de Março de 2011.

<sup>10</sup> Umar Habila Dadem Danfulani e Sati U. Fwatshak, “Briefing: The September 2001 Events in Jos, Nigeria,” *African Affairs* 101, No. 403 (Abril de 2002), 248.

<sup>11</sup> Adam Kigazi, *The Jos Crisis: A Recurrent Nigerian Tragedy*, Discussion Paper No. 2 (Abuja: Friedrich Ebert Stiftung Nigeria, Janeiro de 2011), 27.

<sup>12</sup> “The Presidential Panel Report on Jos Crises,” *Daily Trust*, 2 de Setembro de 2010.

### CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador (reformado)  
William M. Bellamy  
National Defense University  
300 Fifth Avenue, Building 21  
Fort McNair  
Washington, DC 20319-5066  
Telefone: + 1 202 685-7300  
Website: [www.africacenter.org](http://www.africacenter.org)

### ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Vice-Gerente Regional:  
Claude Toze  
Telefone: 221 33 869 61 60  
Email: [TozeC@ndu.edu](mailto:TozeC@ndu.edu)

### ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Gerente Regional:  
Brad Anderson  
Telefone: 251 11 517 4000  
Email: [AndersonBG@state.gov](mailto:AndersonBG@state.gov)

### RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle  
Telefone: + 1 202 685-6808  
Email: [SiegleJ@ndu.edu](mailto:SiegleJ@ndu.edu)

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

